



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

Neves, Clarissa Eckert Baeta; Sampaio, Helena; Heringer, Rosana
A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil
Revista Brasileira de Sociologia, vol. 6, núm. 12, 2018, -
Sociedade Brasileira de Sociologia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.243>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765252002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil

Clarissa Eckert Baeta Neves*

Helena Sampaio**

Rosana Heringer***

RESUMO

O artigo trata da constituição do campo de estudos sobre ensino superior. Vinculado ao reconhecimento da importância do ensino superior nas sociedades contemporâneas, a emergência desse novo campo de estudos é relativamente recente: surge nos anos 1970 nos Estados Unidos e se dissemina nas décadas seguintes para outras partes do mundo. No Brasil, embora já se evidencie, nas décadas 1940 a 1970, uma significativa produção acadêmica sobre a universidade, seus papéis na sociedade e modelos de organização – ressoando períodos de criação e de reforma da universidade no país -, é somente no final dos anos 1980 que o sistema de ensino superior e as instituições que o compõem se tornaram objeto de estudos e as pesquisas passaram a ser realizadas por grupos/núcleos e centros de investigação. Ao chamar a atenção para este novo campo de estudos, o artigo também ressalta a atualidade e pertinência nos debates envolvendo questões como igualdade de oportunidades, desigualdades sociais, estratificação e diversidade, investimentos em políticas sociais, decisões estratégicas em relação à formação de quadros profissionais e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no mundo globalizado.

Palavras-chave: ensino superior; pesquisa; sociologia.

* Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade/GEU/UFRGS. Contato: clarissa.neves@yahoo.com.br

** Antropóloga, Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Contato: hssampaio@uol.com.br

*** Doutora em Sociologia, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de graduação da Faculdade de Educação da UFRJ. Contato: rosana.heringer@gmail.com

ABSTRACT**THE INSTITUTIONALIZATION OF RESEARCH ON HIGHER EDUCATION IN BRAZIL**

The article addresses the construction of higher education as a field of study. The emergence of this field of study is relatively new, related to the recognition of the importance of higher education in contemporary societies. It appears in USA in the 1970's and spreads along the following decades to other parts of the world. In Brazil, it can be noticed in the 1940's to the 1970's a relevant academic production about the university, its roles in society and its organizational models, reflecting periods of creation and reform of universities in the country. However, it was only in the 1980's that the higher education system and its institutions became a subject of study and researches developed by research groups and centers. Calling attention to this new field of study, the article also highlights the up to date and relevant debates involving questions such as equal opportunity, social inequalities, stratification and diversity, investment in social policies, strategic decisions in relation to training of professional cadre and to the development of science, technology and innovation in a globalized world. Keywords: higher education; research; sociology.

Introdução

Em meio ao processo de globalização e do advento da sociedade do conhecimento, o reconhecimento da importância da educação superior desencadeou, a partir da metade do século XX, profundas transformações nos sistemas nacionais. Apoiando-se em dados empíricos que demonstram que uma maior qualificação de recursos humanos aumenta as taxas de retorno em termos de rendimento e empregabilidade, governos de toda parte passam a conceber a educação superior como um fator essencial de competitividade econômica entre os países (OCDE, 2013; MENEZES FILHO; OLIVEIRA, 2014). Ao lado desse argumento, outro, de caráter mais sociológico, passa a considerar o acesso à educação superior como um importante mecanismo para a redução da desigualdade de oportunidades e para a promoção da mobilidade social (DUBET; DURU-BELLAT; VÉRÉTOUIT, 2012; NEVES, 2013).

É desse lugar de reconhecimento da importância da educação superior que ocorrem as suas transformações: são mudanças de escala e de desconcentração global do atendimento, mudanças de configuração da oferta e, especialmente, de legitimidade e de reconhecimento nas sociedades contemporâneas. No Brasil, a educação superior, seguindo essas transforma-

ções que ocorrem em âmbito mundial nesse nível de ensino, também emerge e se institucionaliza como um campo de pesquisas, tema deste texto.

Antes de avançar na questão da institucionalização da pesquisa no ensino superior no Brasil, vamos apresentar, em grandes contornos, um quadro das várias dimensões das mudanças ocorridas no ensino superior em âmbito mundial no último meio século.

Transformações do ensino superior no mundo

Mudanças de escala e de desconcentração global das matrículas caminharam juntas. Entre 1970 e 2007, quintuplicou no mundo o número de estudantes de ensino superior, passando de 28,6 milhões para 152,5 milhões. Esse incremento se intensificou neste século, quando foram incorporados 51,7 milhões novos estudantes, boa parte deles de regiões do globo com uma participação, até então, reduzida no total mundial de matrículas de ensino superior. A Ásia Oriental e o Pacífico, que respondiam em 1970 por apenas 14% das matrículas globais no ensino superior, passaram, desde a primeira metade da década de 2000, a deter mais de 30% do alunado desse nível de ensino. Também a América Latina e o Caribe, no mesmo período, dobraram a sua participação, passando de 6% para 12% no total de matrículas de ensino superior¹. Por sua vez, a América do Norte e a Europa Ocidental que, em 1970, detinham quase dois terços do total mundial de estudantes no ensino superior, respondem hoje, apenas, por um quarto dele (UNESCO, 2012).

Atualmente, a maioria dos estudantes de ensino superior vive em países de média e baixa renda (UNESCO, 2012). China e Índia apresentaram um grande crescimento de matrículas de ensino superior na última década. Ambos os países têm hoje os maiores contingentes de estudantes de ensino superior do mundo, respectivamente 17 milhões e 10 milhões² (KISHORE, 2015; YUZHUAO; FENGQIAO, 2015).

O Brasil também acompanhou essa expansão mundial das matrículas de ensino superior: de pouco mais de 2,5 milhões de estudantes em 2000, pas-

1 Em termos absolutos, a América Latina e o Caribe contavam em 1970 com apenas 1,9 milhão de estudantes no ensino superior; em 1990, eles eram 8,4 milhões e, em 2011, 25 milhões (IESALC/UNESCO, 2015).

2 Esses números equivalem a respectivamente 20% e a 10% da população chinesa e da população indiana na faixa etária correspondente ao ensino superior (KISHORE, 2015; YUZHUAO; FENGQIAO, 2015).

sou para mais de 6.5 milhões em 2011 e ultrapassou a cifra de 8 milhões em 2015 (INEP, 2015)³. Com o incremento das matrículas de ensino superior, a população estudantil do país também se diversificou: as mulheres representam atualmente mais de 60% das matrículas nesse nível de ensino e pessoas com mais de 25 anos de idade perfazem quase a metade do estudantado brasileiro de ensino superior (INEP, 2015).

Importante ressaltar que o incremento do número de estudantes de ensino superior foi possível porque também ocorreram mudanças importantes em sua oferta. Em 1970, o número de universidades no mundo ocidental havia quase quadruplicado em relação ao ano de 1900, atingindo quase mil. Desde então, o número de instituições de ensino superior não para de crescer.

Não se trata apenas de mudanças quantitativas. Dois efeitos importantes da expansão do ensino superior são a diversificação da população estudantil e a diferenciação interna dos sistemas nacionais. No que tange ao primeiro aspecto, os estudantes de ensino superior hoje constituem um conjunto muito heterogêneo em termos de idade, gênero, origem socioeconômica, cor, etnia, motivações, expectativas e projetos profissionais. Em muitos países, as mulheres representam a metade da população no ensino superior; também pessoas mais velhas, pressionadas pelas exigências do mercado de trabalho, procuram obter formação superior. No Brasil, as mulheres já representam mais de 60% e pessoas com mais de 25 anos de idade constituem quase a metade das matrículas nesse nível de ensino (INEP, 2015).

Para atender à demanda crescente de ensino superior, governos investem em políticas voltadas para promover a expansão da oferta e a inclusão de grupos sociais até então impossibilitados de cursar esse nível de ensino. Por sua vez, orientadas pelas políticas públicas e também pelo crescimento do mercado de ensino superior, as instituições buscam diversificar a oferta de formação superior, disponibilizando-a em diferentes turnos (integral, vespertinos e noturnos), modalidades de ensino (presencial e a distância) e também ampliando o número de cursos e de carreiras oferecidas. O resultado desses processos é o surgimento de sistemas de ensino superior internamente bastante heterogêneos e complexos, não só constituídos por instituições

3 Não obstante esse crescimento, no Brasil, a taxa líquida de matrícula de ensino superior é de 18% (ou seja, essa é a parcela dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos que frequentam o ensino superior), o que revela uma situação crítica mesmo para os padrões da América Latina (INEP, 2015).

com missões diferenciadas, voltadas para públicos também diversos e com interesses distintos nesse nível de formação, como também por instituições internamente muito hierarquizadas em função dos tipos de cursos, dos turnos em que são oferecidos e até mesmo em função da localização geográfica dos seus *campi* (SAMPAIO, 2014; ALMEIDA; ÉRNICA, 2015).

As mudanças que ocorrem nos sistemas de ensino superior em termos de escala de atendimento e de maior heterogeneidade das instituições respondem a questionamentos que, desde meados do século passado, sobretudo nos países desenvolvidos, vinham sendo feitos em relação ao relativo isolamento que as universidades mantinham frente às demandas das sociedades. Naquela época e como hoje, distintos atores sociais, burocracias públicas e privadas, movimentos sociais etc. passaram a exigir da universidade uma relação mais dinâmica com a sociedade.

Pressionada, a universidade precisou rever as suas funções e papéis e a sua própria identidade institucional, uma vez que a legitimidade cultural e social dessa instituição estava sendo colocada em xeque. Os movimentos estudantis que eclodiram em várias partes do globo na segunda metade do século XX e o movimento da contracultura abalaram a confiança e o orgulho das universidades tanto internamente como na sua relação com a sociedade. É nesse contexto que surgem vários formatos de ensino superior, notadamente estabelecimentos não universitários voltados para um treinamento mais especializado. O fato é que a emergência de outros tipos de instituições, além da universidade clássica do século XIX, corroeu a equivalência que por muito tempo havia perdurado entre universidade e ensino superior (DOUGHERTY, 1997; SCHOFFER; MEYER, 2005; TROW, 1973; RIESMAN; JENKS, 1968; SCHWARTZMAN, 2014)⁴.

Ensino superior como objeto de pesquisa

O reconhecimento da importância do ensino superior nas sociedades contemporâneas e as transformações pelas quais os sistemas nacionais passaram nos últimos cinquenta anos têm contribuído para trazê-lo para o centro de um amplo debate público em escala mundial. Este debate mobiliza cien-

4 Um dos problemas decorrentes dessa diversificação institucional é a conversão imediata dos diplomas de ensino superior no mercado de trabalho, a qual, segundo alguns autores, começou a ficar incerta.

tistas, *policy makers*, líderes estudantis, agências de fomento internacionais, para consolidá-lo, na academia, como um objeto privilegiado de pesquisa para sociólogos, educadores, cientistas políticos, economistas etc. Portanto, os estudos voltados especificamente para o ensino superior são relativamente recentes: surgiram nos anos 1970 nos Estados Unidos e se disseminaram nas décadas seguintes para outras partes do mundo (MARTINS, 2012).

No processo de constituição do campo de pesquisa sobre o ensino superior, Brunner (2009) chama atenção para dois aspectos: o primeiro é a complexidade crescente de sua organização à medida que se incorporam novos temas, tópicos e assuntos de pesquisa, resultando em uma multiplicação de linhas de pesquisa e de reflexão; o segundo aspecto refere-se à galopante importância atribuída à abordagem comparativa dos estudos, resultando na internacionalização de temas e de perspectivas de análise.

Pode-se assegurar que o campo do conhecimento sobre o ensino superior está hoje praticamente consolidado. Com diferentes abordagens teóricas e metodológicas, o ensino superior é investigado em diferentes dimensões na contemporaneidade. Diversos grupos de pesquisa instalados em centenas de universidades espalhadas pelo globo mobilizam ampla rede de pesquisadores que organizam congressos e simpósios intermitentes e produzem conhecimento que circula em periódicos internacionais e nacionais especializados. Em muitas universidades o ensino superior tornou-se assunto de disciplinas de graduação e de pós-graduação, despertando o interesse de pesquisadores provenientes de filiações disciplinares distintas.

Todavia, embora o campo de estudos sobre ensino superior encontre-se em rápida evolução, Brunner (2009) observa que na América Latina, e no Chile em particular, ele ainda se caracteriza por reduzido grau de institucionalização e por oferecer uma ainda pequena contribuição nesse campo do conhecimento.

Ensino superior como campo de estudos na sociologia

Passamos a falar de uma “sociologia do ensino superior” a partir da formação de um campo de estudos específico no interior das ciências sociais (GUMPORT, 2007). De forma pioneira, Burton Clark (1983; 2001) foi o responsável por desenvolver, no contexto norte-americano, uma sociologia do ensino superior. Essa sociologia privilegiava temas como: profissão acadê-

mica, estrutura organizacional das instituições, governo das universidades, desigualdades de classe, raça e gênero no acesso ao ensino superior etc.

Hoje, quando consideramos relativamente tardia – anos 1970 – a emergência, na sociologia, de um campo de estudos sobre ensino superior, não queremos dizer que não houvesse, antes daquela década, reflexão sociológica sobre a universidade nem tampouco que o tema da educação estivesse ausente da reflexão sociológica.

Nos anos 1960, no contexto dos movimentos estudantis, seus líderes, cientistas sociais de diversos países, *policy makers*, organismos internacionais e uma variada gama de intelectuais se mobilizaram em torno da questão da universidade, produzindo obras memoráveis como: *May 68: la brèche vingtans après*, de Morin, Lefort e Castoriades (1968); “The knowledge factory – dismantling the corporate university and creating true Higher Education”, de Aronowitz (2000); “*Os usos da universidade*”, de Clark Keer (1982); “*Université et sociétés*”, de Alain Touraine (1972), dentre outras. Da mesma forma, o tema da educação também sempre teve lugar de destaque nas obras de autores clássicos da sociologia preocupados com os processos de constituição da modernidade (MARTINS, 2012).

O que procuramos enfatizar é que foi apenas a partir do final da década de 1970 que se deu a constituição de um subcampo de estudos específico – o ensino superior. Acompanhando as transformações ocorridas nos sistemas nacionais, sua crescente complexidade e importância nas sociedades contemporâneas, a sociologia do ensino superior passou a abarcar um amplo leque de temas e questões.

No campo da reflexão sobre o ensino superior, as análises tendem a se dividir em dois grandes quadros interpretativos: i) os que buscam destacar a relação que as instituições de ensino superior mantêm com o processo de reprodução dos grupos dominantes e seus vínculos com poder econômico e político, orientando-se pelo legado de Bourdieu e Passeron (1975) e também o inovando, e/ou ainda aqueles que buscam destacar a corrosão dos valores intrínsecos da vida universitária (SANTOS, 1989); e ii) os que procuram enfatizar o potencial de contribuição das instituições de ensino superior para a democratização das sociedades contemporâneas, para a inovação cultural e para a formação de indivíduos intelectualmente autônomos.

Dentre a multiplicidade de temas abordados na sociologia do ensino superior, destacam-se os referentes: ao funcionamento dos sistemas, como

governança, financiamento, regulação e avaliação de sua qualidade; à sua configuração, com ênfase para a relação entre setor público e privado, as tendências simultâneas de isomorfismo e de diferenciação do sistema, para a ocorrência de estratificação horizontal e hierarquização do ensino superior, considerando-se os diferentes tipos de instituição, os cursos e carreiras oferecidos, o perfil dos estudantes, a posição dos formados no mercado de trabalho etc.; aos processos de privatização e de mercantilização do ensino superior; aos processos de ensino e aprendizagem em contextos de massificação do ensino superior; ao clima institucional no contexto das universidades multiculturais e multiétnicas, dentre outros.

Um tema importante que desponta com força hoje no campo dos estudos sobre ensino superior é o da diferenciação institucional no interior dos sistemas nacionais, entre, de um lado, as universidades de pesquisa e, de outro, as instituições de formação vocacional. Uma questão central em torno do tema da diferenciação institucional é se ela não comprometeria o efeito potencial de democratização que poderia ter sido produzido pela expansão no ensino superior em nível mundial.

Para Martins (2012), um dos riscos da formação de um campo específico do conhecimento sobre ensino superior é a emergência de “sociologias nacionais” voltadas ao tratamento de questões educacionais e à análise dos sistemas educacionais no interior de uma sociologia especializada – a sociologia da educação. Como corolário desse processo de especialização, teríamos a sociologia do ensino superior como um subcampo da sociologia da educação, voltando-se especificamente para a análise dos sistemas de ensino superior das sociedades contemporâneas.

A constituição do campo de estudos sobre ensino superior no Brasil

Em meados dos anos 1970 já se contabilizava no Brasil uma significativa produção acadêmica sobre a universidade, seus papéis na sociedade e seus modelos de organização e governo. Em geral, essas reflexões tinham como matéria os projetos de criação de universidade no país e a discussão suscitada em torno deles ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano, quando se instalaram, nos anos 1930, as primeiras universidades no país (SAMPAIO, 2000).

O texto mais antigo sobre o ensino superior no Brasil é de autoria de Ernesto de Souza Campos intitulado “Educação superior no Brasil”, publicado pelo Serviço Gráfico do Ministério da Educação, em 1940. Destacam-se ainda os trabalhos de Fernando de Azevedo, de 1937, e de Anísio Teixeira, de 1968. Outros estudos que se tornaram referência da área são de Darcy Ribeiro (1975), de Vieira Pinto (1962) e de Florestan Fernandes (1975). Todavia, a existência desses trabalhos não indica a emergência, no país, de um campo específico de estudos sobre ensino superior, o que ocorreria um pouco mais tarde, entre meados dos anos 1970 e final da década de 1980. É nesse período que podemos demarcar a primeira fase dos estudos sobre o ensino superior. Ela se caracteriza por estudos realizados individualmente por intelectuais que, ao lado de outros temas de interesse, também se dedicavam a refletir sobre o ensino superior e sobre a ideia de universidade no Brasil.

No final dos anos 1970, dois trabalhos constituem um marco nesse campo de estudo: o livro *Educação Superior Brasileira*, organizado por Simon Schwartzman et al (1979), e a trilogia escrita por Luiz Antônio Cunha, em que analisa a evolução da educação superior no Brasil em três períodos: da época colonial à era Vargas (*Universidade Temporã*, 1980); no período da República Populista (*Universidade Crítica*, 1983); e durante o período da ditadura militar (*Universidade Reformada*, 1988).

Em resenha publicada em 1981, Cunha registrava que o aumento do interesse na universidade como objeto de estudo se devia à sua importância no contexto das políticas dos governos militares. Posteriormente, assinala o autor, o interesse se manteria ainda como ressonância do destaque que havia tido nos discursos oficiais em torno da universidade e do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, simultaneamente à percepção de uma continuada crise institucional provocada, mais uma vez, pelas políticas (e pela ausência delas) governamentais.

Com efeito, nos anos 1970, o ensino superior apareceu como tema de vários estudos que reagem às iniciativas de reforma da universidade pelos governos militares, às suas concepções, ao impacto delas sobre o sistema de ensino superior e sobre a vida acadêmica. A Reforma Universitária de 1968 foi, por exemplo, analisada sob diferentes perspectivas na época: tratada como “reforma consentida”, Vieira (1982) e Fávero (1990) associaram a funcionalidade pretendida pela Reforma à busca de uma maior racionalização, por parte dos governos militares, dos custos da universidade pública. Oliven

(1989) e, mais tarde, Durham (1985) analisaram a Reforma respectivamente da perspectiva do impacto da substituição da cátedra pelos departamentos e da introdução da pós-graduação. Freitag (1977) e Cunha (1975) já haviam apontado os efeitos perversos da Reforma, especialmente quanto à possibilidade de a expansão do sistema de ensino superior se realizar por meio da expansão da oferta privada.

No final dos anos 1980, teve início uma segunda fase dos estudos sobre o ensino superior no Brasil, a qual trouxe duas novidades em relação à anterior: a primeira é que o próprio sistema de ensino superior e as instituições que o compõem tornaram-se objeto de estudos, ampliando e diversificando a produção de conhecimento na área; a segunda novidade é que a pesquisa passou a ser feita por grupos/núcleos e centros de investigação que reúnem pesquisadores com interesses comuns, ou seja, ela não é mais resultado da reflexão individual de um pesquisador trabalhando isoladamente. Essa segunda fase vincula-se tanto ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação na área das Ciências Sociais e na área da Educação como ao surgimento de núcleos e de centros de pesquisa no país⁵. É também nessa segunda fase, no contexto da consolidação dos grupos de pesquisa sobre ensino superior e da consolidação do ensino superior como um campo específico de estudo, que ocorreram duas iniciativas importantes: a criação do GT Educação Superior na Sociedade contemporânea⁶ na SBS, em 2011, e a

5 Destacamos alguns desses centros: a) Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior (NUPES), da Universidade de São Paulo, criado em 1989 sob a liderança de Simon Schwartzman e Eunice Durham, atualmente extinto; b) Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado em 1988; c) Núcleo de Estudos sobre Universidade (NESUB) da Universidade de Brasília; d) o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e) o Observatório Universitário ligado à Universidade Cândido Mendes/RJ; f) o Centro de Estudos sobre Ensino Superior e Políticas Públicas para a Educação (CESPE) da Universidade Federal de Minas Gerais; g) o Laboratório sobre Acesso e Permanência na Universidade (LAP) da Universidade Federal Fluminense; h) o Laboratório de Estudos de Educação Superior (LEES), criado em 2014 e que reúne pesquisadores e professores de várias unidades da Unicamp; i) o Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (LAPES) e j) o mais recente Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES), ambos na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6 Esse GT vem se consolidando como um importante espaço para discutir as relações existentes entre as novas configurações do ensino superior e as mudanças que ocorrem nas sociedades nacionais, notadamente a brasileira. Procura-se destacar a especificidade do ensino superior como campo teórico e empírico de investigação e a sua interface com outros campos consagrados na sociologia, como a sociologia das instituições, da ciência, das profissões, dos estudantes, do trabalho etc. O GT Educação Superior na Sociedade Contemporânea, em suas três edições desde 2011, contou com 72 trabalhos: 13 em 2011; 35 em 2013 e 24 em 2015.

criação do GT Novas configurações do ensino superior na sociedade contemporânea⁷ na ANPOCS, em 2014.

Com efeito, a existência de mais de uma dezena de grupos, núcleos ou centros de pesquisas sobre o ensino superior vinculados a diversas universidades brasileiras corrobora a observação de Brunner (2009). Ao analisar o desenvolvimento do campo de estudos sobre o ensino superior, o autor chama a atenção para o fato de ele estar se consolidando no Brasil por meio da constituição de uma rede de pesquisadores e de centros de pesquisa vinculados a programas de pós-graduação.

A existência desses grupos e centros de pesquisas no país reflete também a amplitude dos temas investigados e a pluralidade das perspectivas de análise. A maioria dos centros tem formação multidisciplinar, com a participação de sociólogos, educadores, cientistas políticos, antropólogos, economistas etc.

Temas investigados e breves notas para uma agenda de pesquisa para o fortalecimento da área de estudos sobre o ensino superior no Brasil

Em relação aos temas investigados no campo de estudos sobre ensino superior, constata-se uma progressiva, porém lenta, diversificação. Um levantamento preliminar dos temas recorrentes nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas universidades brasileiras, nos textos resultantes de investigações publicados pelos pesquisadores vinculados aos centros e núcleos, nas propostas de apresentação de trabalhos nos GTs, tanto no da SBS como no da ANPOCS, revela que questões relacionadas às desigualdades de acesso no ensino superior e aos seus efeitos, às condições sociais dos estudantes ou

7 A proposta de criação deste GT ocorreu em 2013 por iniciativa de um grupo de pesquisadores reunidos em seminário na UFRJ sobre Transformações do Ensino Superior no Brasil. O novo GT deveria ser um espaço de sistematização dos debates com foco no ensino superior e viria substituir o GT Educação e Sociedade, criado com a ANPOCS e atuante até 2012. A nova proposta partia da constatação que o campo da educação como tema de GT havia ampliado demasiadamente nos últimos anos, inviabilizando abarcar as inúmeras questões sob estudo. O novo GT, focado no ensino superior, visa discutir as relações recíprocas entre as mudanças que estão ocorrendo nas sociedades contemporâneas e as novas configurações do ensino superior, além de tratar também dos desafios teórico-metodológicos decorrentes dessas mudanças para as ciências sociais no Brasil. A primeira reunião do novo GT ocorreu na ANPOCS em 2014 e contou com uma excelente receptividade por parte do público, com intensos debates nos três dias de reunião.

ainda às hierarquias entre cursos, às instituições no sistema nacional tendem a ser priorizadas por pesquisadores brasileiros.

No Brasil, conforme observamos, os estudos sobre o ensino superior, especialmente os produzidos na segunda fase da trajetória de constituição desse campo, procuram acompanhar as questões que emergem das transformações do sistema nas últimas décadas. Em geral, propõem-se a entender as mudanças ocorridas remetendo-as às características básicas do sistema nacional, como o controle exercido pelo Estado sobre ele, o caráter dual de sua organização - um setor público e um setor privado etc. Esses traços, por assim dizer estruturais, constituem o marco delimitador das condições em que as transformações ocorrem e ganham significado. Dentre as principais características do sistema nacional de ensino superior, destacamos:

- coexistência de um setor público, formado por instituições mantidas pelo poder público (federal, estadual e municipal) e que oferece, com algumas exceções no segmento municipal, educação gratuita e de um setor privado, mantido por meio da cobrança de mensalidades dos estudantes;
- heterogeneidade do sistema de ensino superior quanto à sua qualidade acadêmica, que se manifesta tanto entre o setor público e o privado como no interior de cada um deles;
- desequilíbrio na distribuição de matrículas de ensino superior entre o setor público e o privado; este último responde por 75% do total de matrículas e por mais de 80% do total de instituições de ensino superior do sistema nacional;
- presença de novos provedores no setor privado com fins-lucrativos: grupos educacionais com capital aberto em bolsas de valores e que já concentram parte significativa das matrículas no ensino superior privado;
- desequilíbrio, de forma invertida, no nível de pós-graduação, com a predominância da oferta pública de programas de mestrado e de doutorado;
- tímida diferenciação e forte tendência ao isomorfismo institucional no interior do sistema de ensino superior;
- rigoroso controle do Estado sobre o sistema de ensino superior, com as prerrogativas de formulação de políticas, elaboração de instrumentos e execução da regulação e de avaliação do segmento das universidades federais e das instituições privadas;

- modelo único de financiamento do setor público que compromete a sua expansão;
- mecanismos ainda pouco flexíveis de acesso ao ensino superior, especialmente nas instituições públicas mais seletivas;
- existência de um vigoroso sistema de pós-graduação baseado em avaliação trienal por pares e programas contínuos de fomento;
- recente e crescente preocupação com a internacionalização permeando boa parte do sistema nacional.

É nesse quadro complexo de características do sistema de ensino superior no Brasil (NEVES; MARTINS, 2016) que se inscrevem os principais temas de investigação que, por sua vez, traduzem as preocupações e as discussões públicas, notadamente nas universidades públicas, sobre o ensino superior.

Claro exemplo disso são os estudos sobre a reforma universitária, que não chegou a ser implementada, no início deste século. No período entre a segunda metade dos anos 1990 e os primeiros anos do século XXI, quando ocorreu uma nova onda de expansão do sistema, o tema da reforma do ensino superior foi alçado ao primeiro plano da agenda pública de discussões. Questões como autonomia financeira, gestão das instituições públicas, regulação e supervisão da iniciativa privada no ensino superior ganharam o centro dos debates públicos. Todavia, dificuldades de ordem política impediram que as propostas discutidas se transformassem em um projeto de reforma. Em 2004, o governo federal, a partir dos debates envolvendo setores da comunidade acadêmica e da sociedade civil, apresentou um projeto de reforma universitária que não chegou a seguir os trâmites legais para a sua implementação. Na falta de uma reforma ampla e integrada do sistema, o governo federal adotou políticas voltadas para a ampliação do acesso a esse nível de ensino. Essas políticas se traduziram em diferentes programas destinados a segmentos específicos do sistema federal, como o Reuni, voltado para as universidades federais, e o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Financiamento estudantil (Fies), ambos programas de financiamento público para estudantes matriculados em instituições privadas. Os efeitos desses programas federais na expansão e configuração do sistema de ensino superior na última década são incontestes, constituindo-se em objeto de várias pesquisas com diferentes abordagens teóricas e metodológicas

(NEVES, 2013; 2014; NEVES; ANHAIA, 2014; SAMPAIO, 2014; HERINGER, 2015; 2016; BARBOSA, 2016; BALBACHEVSKY; SAMPAIO, 2017).

Em algumas redes de investigação mais consolidadas, os seus pesquisadores têm se mobilizado, sobretudo, em torno de outros eixos temáticos: governança do sistema de ensino superior e de suas instituições; expansão e diversificação institucional do ensino superior; processos de privatização e mercantilização do ensino superior; ensino superior e estratificação social; ensino superior e sua interface com o sistema nacional de inovações e seu papel na competitividade nacional; gestão econômica do ensino superior; internacionalização do ensino superior e comparações internacionais.

Embora tenham havido esforços no sentido de ampliar e de diversificar os temas de estudo, a produção acadêmica no Brasil sobre o ensino superior parece sugerir que ainda estamos sob o impacto de buscar compreender os efeitos da expansão recente do sistema nacional. Não por acaso, predominam estudos sobre desigualdades de acesso, hierarquias de cursos e instituições, políticas de ação afirmativa, políticas de expansão do sistema federal etc., temas cuja chave conceitual remete, direta e indiretamente, à relação entre desigualdade educacional e estratificação social nas sociedades de classe, em particular, na brasileira⁸.

Por outro lado, outros temas que se firmam como importantes na agenda internacional de estudos sobre ensino superior passam paulatinamente a ser foco de interesse dos pesquisadores brasileiros. Dentre os temas da agenda nacional e que merecem maior aprofundamento teórico e conceitual, destacamos:

- governança do sistema universitário brasileiro e de suas instituições;
- ensino superior, sistemas de inovação e competitividade nacional;
- internacionalização do ensino superior e comparações internacionais;
- diferenciação e modernização das carreiras e cursos pós-secundários;
- processos de privatização e mercantilização do ensino superior;
- excelência na pesquisa e inovação tecnológica;
- financiamento do ensino superior;
- ampliação das funções e do raio de atuação do ensino superior nas sociedades contemporâneas;

8 Trata-se, em geral, da apresentação de resultados de pesquisas empíricas sobre a implantação do programa PROUNI em instituições privadas, a implantação da política de cotas raciais e do programa REUNI em universidades federais.

- instituições de ensino superior de massa e instituições voltadas para formação de elites nacionais e/ou globais;
- ensino superior e processo de globalização;
- mobilidade acadêmica - estudantes e docentes;
- impacto dos *rankings* internacionais e/ou nacionais na configuração e na dinâmica das instituições de ensino superior;
- formação pós-secundária e mercado de trabalho;
- acesso, permanência e evasão no ensino superior;
- articulação entre universidades e empresas.

O campo da educação superior, todavia, não se limita a uma lista de temas. Ele dialoga com questões centrais e indispensáveis da sociologia brasileira, principalmente com os debates sobre igualdade de oportunidades, desigualdades sociais, estratificação e diversidade. Dialoga também, fortemente, com questões relativas às análises de políticas públicas, às prioridades dos investimentos no campo das políticas sociais e às decisões estratégicas em relação à formação de quadros profissionais e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

Essas contribuições se traduzem em debates sobre a qualidade da formação oferecida pelos cursos superiores, sobre o papel do Estado, o do setor privado, o das organizações da sociedade civil e o dos movimentos sociais na educação. Nesse cenário, destaca-se a interface da área com as pesquisas sobre a presença e a visibilidade de diferentes atores políticos no debate educacional - movimento negro, movimento de mulheres, movimento LGBT dentre outros⁹.

No período de formação da sociologia, a relação entre modernidade e educação ocupou um lugar privilegiado no pensamento de autores clássicos da disciplina. Entretanto, conforme observa Martins (2012), essa relevância tende a diminuir à medida que avançamos para um período mais recente, especialmente em autores contemporâneos que se dedicam a estudar o processo de constituição e transformação da modernidade¹⁰. Buscando entender

9 A abertura de um espaço para que novos atores assumam a liderança da formulação do debate público sobre os diferentes níveis de ensino, inclusive o superior, não é uma prerrogativa do contexto brasileiro, fazendo-se presente em diferentes sociedades nacionais na contemporaneidade. Ver, a esse respeito, Poupeau (2003); Coulon e Neves (1990); Carlos Torres (1998).

10 Referimos aqui a autores como Habermas (1929), Giddens (1938), Stuart Hall (1932-1914), Bauman (1925-2017), Castels (1942), dentre outros.

as razões da opacidade da temática educacional nos estudos que tratam a modernidade em sua fase atual, Martins (2012) apresenta uma hipótese. Para ele, embora tenha ocorrido um aumento significativo de trabalhos acadêmicos voltados para o ensino superior, que são divulgados em uma grande gama de periódicos internacionais especializados, a abordagem tende a se concentrar em temas especializados: financiamento da educação; gestão do sistema universitário; acesso etc. A consequência dessa especialização é a diminuição da articulação das análises sociológicas do ensino superior com questões do processo de modernidade em sua fase contemporânea.

Desde o advento da modernidade (HABERMAS, 2002), a esfera cultural tornou-se uma de suas principais dimensões. Diversas instituições – escolas, academias de ciência, universidades – passam a integrar com dinamismo a esfera cultural da modernidade em sua fase inicial. A partir do século XVIII, tornou-se possível seguir uma carreira intelectual como professor, escritor, membro assalariado das academias de ciência. O modelo de universidade, concebido por Humboldt em 1810, que proclamava a sua autonomia institucional frente às demandas da religião e do Estado e, ao mesmo, a sua posição estratégica na pesquisa, no desenvolvimento e na formação de professores de elevado padrão intelectual, difundiu-se por toda parte (MARTINS, 2012).

O surgimento da sociologia no século XIX é, portanto, um produto da modernidade: representa um desdobramento cultural de sua constituição e expressa uma das formas de elaboração de uma autoconsciência intelectual de sua própria emergência. Nesse sentido, ainda seguindo os argumentos de Martins (2012), a sociologia é ela própria projeto intelectual inovador que busca compreender analiticamente as profundas mudanças econômicas culturais e políticas, as novas formas de pensar, sentir e comportar dos atores sociais produzidas pela modernidade.

Em suma, para Martins (2012), o processo de constituição de um campo específico sobre o ensino superior no âmbito da sociologia representa avanços, mas traz riscos. Para ele, o principal é o de gerar uma produção do conhecimento fechada em si mesma, liderada por especialistas que têm como alvo a comunicação entre eles próprios por meio de revistas e fóruns de discussão especializados. Para esse autor, um dos desafios das ciências sociais no presente é a reflexão sobre a relação que existe entre o processo de constituição da modernidade - e a sua posterior trajetória - e os sistemas

de ensino nacionais¹¹ em virtude da posição relevante que ocupam na esfera cultural da modernidade. Em um sentido complementar, cabe indagar, sugere Martins (2012), acerca das possíveis contribuições desse novo campo para as ciências sociais em sua tarefa de refletir a constituição da modernidade e sua trajetória na contemporaneidade. Em suas palavras:

[a reflexão sobre o ensino superior] “no interior das diversas sociedades nacionais constitui um desafio crucial para as ciências sociais na atualidade, destacadamente para a sociologia, em função da posição relevante que as instituições de ensino têm ocupado na esfera cultural da modernidade” (MARTINS, 2012, p. 101).

Considerações finais

Em seu estudo “*As the University in crisis*”, Calhoun (2006) observa que desde o final do século XIX o modelo organizacional das universidades foi incorporado em diferentes sociedades nacionais. Com isso, a instituição universitária ganhou centralidade na esfera pública em seus respectivos países à medida que fornecia treinamento especializado e sólida base para a constituição da cidadania.

Atualmente são bastante conhecidas, ou ao menos anunciadas, as complexas e estratégicas relações que o ensino superior mantém com o desenvolvimento econômico, com a produção de conhecimentos técnicos e científicos, com as crescentes exigências socioeconômicas de democratização e de igualdade de oportunidade nas sociedades contemporâneas.

Portanto, não faltam justificativas empíricas para estudar o ensino superior e podemos elencar uma série delas: retorno econômico do diploma para os indivíduos; necessidade de expansão da cobertura do sistema; aumento do custo de financiamento do ensino superior; seu caráter estratégico na inovação e no desenvolvimento do mercado de trabalho; diversificação dos percursos escolares e suas implicações na formação superior, na regulação burocrática e no mercado de trabalho; valorização desigual dos diplomas; relação entre ampliação do acesso e democratização do sistema com a inclusão de setores mais populares; desenvolvimento tecnológico e disputas

11 Partindo de uma formulação de Clark (1983), Martins (2012) concebe sistemas de ensino nacionais como a rede de instituições de educação formalmente existentes no interior das sociedades nacionais.

sociais em torno do sentido e do valor da educação superior (por que quatro anos de estudos tecnológicos valem menos que os mesmos anos em cursos de bacharelado), dentre outras.

Neste texto, procuramos indicar alguns elementos para a reflexão sobre a constituição do campo de estudos sobre o ensino superior, notadamente sobre o caso brasileiro. Houve avanços, mas ainda restam muitos desafios nesse campo.

O primeiro refere-se ao tema geral da internacionalização. Embora a questão tenha ganhado espaço na agenda de preocupações de acadêmicos, gestores universitários e nas arenas de formulação de políticas para o ensino superior sob o impacto da publicação dos rankings internacionais e da disseminação do conceito de “world class universities”, não se assiste a um debate sistemático a respeito. Menos ainda temos conhecimento de explicitação de diretrizes e de estratégias que orientam as instituições em relação a essa questão. Ligada ainda ao tema da internacionalização, constatamos também no campo de estudos sobre ensino superior uma presença muito tímida de análises comparativas entre países¹².

Tradicionalmente, as instituições de ensino superior no Brasil têm poucos recursos e instrumentos para desenvolverem planos consistentes e próprios de inserção internacional. Elas são dependentes, na maior parte dos casos, dos programas de apoio mantidos pelas agências de fomento, notadamente Capes e CNPq, as quais não apoiam, por exemplo, planos estratégicos das instituições para a internacionalização. Apoiam, outrossim, projetos específicos de cooperação internacional com universidades estrangeiras por meio do custeio da mobilidade acadêmica.

É recente o movimento das universidades, sobretudo as melhores posicionadas nos rankings internacionais, no sentido de definirem estratégias e perseguirem objetivos institucionais mais abrangentes e complexos no tocante à internacionalização. Esses movimentos implicam a integração da universidade em redes internacionais de ensino de graduação, o aprimoramento da infraestrutura e o estímulo aos grupos de pesquisa em áreas de ponta, de modo a se tornarem polos de atração de doutorandos e pós-doutorandos. Em suma, trata-se de afirmar, crescentemente, a universidade

12 Esse tema esteve presente no Grupo de Trabalho da ANPOCS em suas três edições, inclusive com certa dose de indução por parte de seus organizadores atentos à valorização e à ampliação desta temática no campo de estudos sobre o ensino superior.

como uma referência internacional em áreas do conhecimento e pesquisa consideradas estratégicas, reforçar as parcerias simétricas e abrir o ensino à exposição internacional e à competição global.

O segundo desafio remete ao que vem sendo insistentemente colocado, em diversas ocasiões, pelo professor Carlos Benedito Martins: as Ciências Sociais devem reconduzir para a agenda de suas pesquisas a análise dos sistemas de ensino e, no caso específico, do ensino superior de maneira a preservar a perspectiva macroanalítica delineada pelos clássicos da nossa disciplina.

Por fim, o terceiro desafio é superar uma certa visão academicista de ensino superior, como insistem Simon Schwartzman, Maria Lúcia Barbosa, Elizabeth Balbachevsky e Helena Sampaio. Esses pesquisadores têm chamado a atenção para a importância de mantermos a reflexão crítica sobre o viés academicista presente nas análises sobre o ensino superior na contemporaneidade, notadamente as realizadas no Brasil. Se os benefícios da diferenciação e diversificação dos sistemas de ensino superior são tantos, por que o viés academicista insiste em permanecer? Essa questão remete à outra que trata da relação entre ensino superior e desigualdade social. O universalismo do acesso e a permanência no ensino superior devem ser entendidos no contexto das condições desiguais de desempenho acadêmico. Que tipos de conhecimentos estão associados a posições dominantes na sociedade? As estratégias de “alongamento” e de qualificação da escolarização são, em regra, estratégias elitistas (GOLDTHORPE, 1996). Há uma grande tensão entre o conteúdo dos saberes e a força dos títulos. A posição dominante dos títulos tem efeitos de proteção de carreiras e instituições e, inversamente, de desqualificação de outros títulos e da experiência. Os efeitos mais graves do academicismo são o obscurecimento e o enviesamento da análise sociológica, que pode levar a um retrocesso da forma de dominação quando se insiste em reafirmar o bacharelismo e o patrimonialismo em detrimento de outros saberes.

Referências

- ALMEIDA, Ana Maria; ÉRNICA, Maurício. (2015), Inclusão e segmentação social no ensino superior público no Estado de São Paulo (1990-2012). *Educação e Sociedade*, v. 36, n. 130, pp. 63-83.
- ARONOWITZ, Stanley. (2000), *The knowledge factory – dismantling the corporate university and creating true Higher Education*. 1. ed. Boston: Beacon Press.
- AZEVEDO, Fernando. (1937), *A educação e seus problemas*. 1. ed. Rio de janeiro: Companhia Editora Nacional.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth; SAMPAIO, Helena. (2017), Brazilian Post-secondary Education in the twenty first Century: A Conservative modernization. In: ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz; WIT, Hans de (ed.). Responding to Massification. Differentiation in *Post-Secondary Education Worldwide*. Rotterdam/Boston/Taipei: Sense Publishers Books. pp. 155-166. Disponível em: <https://www.sensepublishers.com/catalogs/book-series/global-perspectives-on-higher-education/responding-to-massification/>.
- BARBOSA, Maria Ligia de O. (Org.). (2016), *Ensino Superior: expansão e democratização*. 1. ed. Rio de janeiro: 7 Letras.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. (1975), *A Reprodução - elementos para uma teoria dos sistemas de ensino*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BRASIL (2015), Censo da Educação Superior – 2014. *Principais Resultados*. Brasília, DF: Ministério da Educação/INEP.
- BRUNNER, Joaquin. J. (2009), La Universidad, sus derechos e incierto futuro. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 49, pp. 77-102.
- CALHOUN, Craig. (2006), Is the University in crisis? *Society*, v. 43, n. 45, pp. 8-18.
- CLARK, Burton. (1983), *El sistema de educación superior – una visión comparativa de la organización académica*. México: Universidade Autónoma Metropolitana; Azcapotzalco: Nueva Imagen.
- CLARK, Burton. (2001), *The Entrepreneurial University: New Foundations for Collegiality, Autonomy, and Achievement*. Higher Education Management, v. 13, n. 2, pp. 9-24.
- COULON, Alain; NEVES, Angela. (1990), *Sociologie de l'Éducation: dixans de recherche*. Paris: L'Harmatan.
- CUNHA, Luís Antônio. (1975), A expansão do ensino superior: causas e consequências. *Debate & Crítica*, n. 5, pp. 27-58.

CUNHA, Luís Antônio. (1980), *Universidade Temporã*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio. (1983), *Universidade Crítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio. (1988), *Universidade Reformada – o golpe de 64 e a modernização do ensino superior*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio. (1981), A organização do campo educacional: as conferências da educação. *Educação & Sociedade*, ano III, n. 9, pp. 3 – 48.

DOUGHERTY, Kevin. (1997), Mass Higher Education: What is it Impetus? What is it Impact? *Teachers College Record*, v. 99, n. 1, pp. 66-72.

DUBET, Francois.; DURU-BELLAT, Marie.; VÉRÉTOUT, Antoine. (2012), As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. *Dossiê Sociedade e Educação: dilemas contemporâneos*. Sociologias, ano 14, n. 29, pp. 22-70.

DURHAM, E. (1985), *O movimento da reforma universitária da década de 60*. 1. ed. São Paulo: USP Mimeo.

FÁVERO, Maria de Lourdes, A. (1990), *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Matos. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez.

FERNANDES, Florestan. (1975), *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 1. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.

FREITAG, Barbara. (1977), *Escola, Estado e Sociedade*. 1. ed. São Paulo: EDART.

GOLDTHORPE, John H. (1996), “Class Analysis and the Reorientation of Class Theory: The Case of Persisting Differentials in Educational Attainment”. *The British Journal of Sociology*, v. 47, n. 3, Special Issue for Lockwood, pp. 481-505.

GUMPORT, Patricia. (2007), *Sociology of Higher Education. Contribution and their contexts*. 1. ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

HABERMAS, Jürgen. (2002), *Discurso filosófico da modernidade*. 1. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

HERINGER, Rosana R. (2015), Affirmative Action and the Expansion of Higher Education in Brazil. In: HERINGER, Rosana. R; JOHNSON, Ollie. (Org.). *Race, Politics and Education in Brazil: affirmative action in higher education*. 1. ed. New York: Palgrave Macmillan, v. 1. pp. 111-132.

HERINGER, Rosana R. (2016), Democratização da Educação Superior no Brasil: Novas Dinâmicas, Dilemas e Aprendizados. *Cadernos do GEA*, v. 7, pp. 2-4.

KEER, Clark. (1982), *The uses of University*. 1. ed. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

KISHORE, M. J. (2015), Higher Education, social demand and social equity in India. In: PILLAY, P.; PINHEIRO, R.; SCHAWTZAMAN, S. (ed.). *Higher Education in the Brics Countries: Investigating the pact between higher education and society*. Dordrecht: Springer. pp. 125-148.

MARTINS, Carlos B. (2012), Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro. Dossiê Sociedade e Educação: dilemas contemporâneos. *Sociologias*, ano 14, n. 29, pp. 100-127.

MENEZES FILHO, Naercio A.; OLIVEIRA, Alinson P. (2014), Contribuição da Educação para a Queda na Desigualdade de Renda per Capita no Brasil. São Paulo: Centro de políticas Públicas do INSPER, *Policy Papers*. n. 9, pp. 1-29.

MORIN, Edgar; LEFORT, Claude; CASTORIADES, Cornelius. (1968), *May 68: la brèche vingtans après*. 1. ed. Paris: Fayard.

NEVES, Clarissa E. B. (2014), Enseñanza Superior en Brasil y las políticas de inclusión social. *Páginas de Educación*, v. 7, pp. 299-320.

NEVES, Clarissa E. B.; MARTINS, Carlos B. (2016), Ensino superior no brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo (org.). *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. 1. ed. Brasília: IPEA; Pequim: Social Science Academic Press/ SSAP, v. 1. pp. 95-124.

NEVES, Clarissa E. B. (2013), Trajetórias escolares, famílias e políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M.A.; ZAGO, N. (org.). *Família & Escola: Novas Perspectivas de Análise?* 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 1. pp. 278-311.

NEVES, Clarissa E. B.; ANHAIA, Bruna C. (2014), Políticas de Inclusão Social no ensino superior no Brasil: políticas de redistribuição de oportunidades? Reflexões a partir das experiências em IES do Rio Grande do Sul. In: BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. (org.). *Ensino Superior: expansão e democratização*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. pp. 371-401.

OCDE – Organisation for Economic Co-operation and Development. (2013), *Education at a Glance - OECD Indicators*. [http://www.oecd.org/edu/eag2013%20\(eng\)--FINAL%2020%20June%202013.pdf](http://www.oecd.org/edu/eag2013%20(eng)--FINAL%2020%20June%202013.pdf).

OLIVEN, Arabela C. (1989), Resgatando o significado do departamento na universidade brasileira. In: MARTINS, C. B. (org.). *Ensino superior brasileiro: Transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense. pp. 49-66

POUPEAU, Franck. (2003), *Une sociologie d'État: l'école et ses experts en France*. 1. ed. Paris: Raisons d'agir.

RIBEIRO, Darcy. (1975), *A universidade necessária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RIESMAN, David; JENCKS, Christopher. (1968), *The Academic Revolution*. 1. ed. Garden City, New York: Doubleday.

SAMPAIO, Helena. (2000), *O ensino superior no Brasil - o setor privado*. São Paulo: Fapesp/Hucitec.

SAMPAIO, Helena. (2014), Privatização do ensino superior no Brasil: Velhas e novas questões. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI*. Campinas: Editora Unicamp. pp. 139-192

SCHOFER, Evan; MEYER, John, W. (2005), The World wide Expansion of Higher Education in the Twentieth Century. *American Sociology Review*, v. 70, n. 6, pp. 898-920.

SCHWARTZMAN, Simon; BRAGA, Ronald; MAIA, Nelly A. (1979) *Educação Superior Brasileira*. Brasília, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Série Estudos e Debates.

SCHWARTZMAN, Simon. (2014), Novos desafios do ensino superior no Século XXI: Uma Introdução. In: SCHWARTZMAN, S. (org.) *A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI*. Campinas: Editora Unicamp.

SANTOS, Boaventura. (1989), Da ideia de universidade à universidade de ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/18, pp. 11-62.

TEIXEIRA, Anísio. (1968), Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 50, pp. 21-82.

TORRES, Carlos, A. (1998), *Sociology of Higher Education: emerging perspectives*. 1. ed. New York: State University of New York Press.

TOURAINE, Alain. (1972), *Université et société aux États-Unis*. 1. ed. Paris: Seuil.

TROW, Martin, A. (1973), *Problems in the Transition from Elite to Mass Higher Education*. 1. ed. Berkeley: Carnegie Commission on Higher Education.

UNESCO. (2012), *Institute for Statistics*. Disponível em: <http://data.uis.unesco.org/>.

VIEIRA PINTO, Álvaro. (1962), *A questão da universidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitária.

VIEIRA, Sofia, L. (1982), *O (dis)curso da (re)forma Universitária*. 1. ed. Fortaleza: Editora UFC/PROED.

YUZHUO, Cai; FENGQIAO, Yan. (2015), "Demands and Reponses in Chinese Higher Education". In: PILLAY, P; PINHEIRO, R.; SCHAWTZAMAN, S. (ed.). *Higher Education in the Brics Countries: Investigating the pact between higher education and society*. Dordrecht: Springer. pp. 149 -170.